O revisionismo sobre a ditadura: uma historiografia liberal*

Revisionism about the dictatorship: a liberal historiography

Cláudio Beserra de Vasconcelos*

Resumo: Este artigo apresenta como objetivo analisar o discurso historiográfico revisionista de Daniel Aarão Reis F.º. Com base em um breve estudo de sua trajetória política e intelectual e através da observação de algumas de suas premissas, sustenta-se a hipótese de que, embora se defina como um intelectual de esquerda, nos termos de Gramsci, o mencionado historiador atuou como um "intelectual orgânico" liberal, pois suas teses sobre o golpe de 1964 e a ditadura que seguiu a ele veiculam argumentos e interpretações e procuram produzir um consenso em torno de sentidos que vão ao encontro dos interesses dos setores dominantes, filiados à citada ideologia, justamente os grupos que mais se beneficiaram com o regime.
Palavras-chave: Ditadura brasileira (1964-1985). Revisionismo historiográfico. Intelectuais.

Abstract: This paper aims to analyze the revisionist historiographical discourse of Daniel Aarão Reis Jr. Based on a brief study of his political and intellectual trajectory and through the observation of some of his premises, the hypothesis is sustained that, although he defines himself as a leftist intellectual, in Gramscian terms, the mentioned historian acted as a liberal "organic intellectual." His theses on the 1964 coup and the dictatorship that followed convey arguments and interpretations that seek to produce a consensus around meanings aligned with the interests of the dominant sectors affiliated with the aforementioned ideology, precisely the groups that benefited the most from the regime.

* Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.
* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e mestre em História pelo mesmo programa (2004). Possui graduação e licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política e Subeditor da Revista Militares e Política. Atuando principalmente nos seguintes temas: Militares e política, ditadura, política repressiva do regime ditatorial, legitimidade do regime ditatorial, memória sobre a ditadura, poder legislativo, imprensa e história do tempo presente. Atualmente, atuo como professor do ensino médio junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Keywords: Brazilian dictatorship (1964-1985). Historiographic revisionism. Intellectuals.

Introdução

A concepção prevalente no senso comum sobre o intelectual associa a sua figura a valores como a inteligência, senso crítico, experimentação, verificação, em suma, a posse de um saber que o distingue de outras categorias sociais. Como tal, o entende como alguém que estuda e compreende a sociedade a partir de uma perspectiva isenta de filiações sócio-políticas, o que resultaria em um caráter supostamente neutro da sua produção, percebida como verdade científica, e de si (MACHADO, 2015, p. 212, 223).

Se contrapondo a essa percepção usual, Antonio Gramsci considera que todo grupo social "cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político" (GRAMSCI, 2001, p. 15). Assim, para o filósofo, a universalidade celebrada pelos "intelectuais tradicionais",[1] e defendida, por exemplo, por Pierre Bourdieu, seria falsa, como nota Michael Burawoy ao comparar as percepções dos dois autores e ao apresentar as críticas de Gramsci a esse grupo de pensadores, quando vincula-os ao projeto de

> consolidação de uma dominação ideológica ao apresentar os interesses dominantes como sendo os interesses universais. Para Gramsci, os intelectuais da classe dominante *precisam* manter-se autônomos para poderem se *apresentar* como portadores de uma (falsa) universalidade. Gramsci encararia a universalidade defendida por Bourdieu (...) como nada muito além do que o aperfeiçoamento da ideologia dominante do capitalismo. (BURAWOY, 2010, p. 63. Grifos no original).

Assim, ao propor o conceito de "intelectual orgânico", Gramsci está afirmando que todo intelectual[2] está organicamente associado a um grupo social, portanto, seria equivocado distingui-lo pelo que é inerente às suas atividades intelectuais. O correto

[1] De acordo com Burawoy (2010, p.62), aqueles que Bourdieu entende como intelectuais, na perspectiva gramsciana seriam considerados "intelectuais tradicionais", categorias "preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas", e que "se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante". Gramsci define como "utopia social" essa crença dos intelectuais na sua independência ou autonomia. (GRAMSCI, 2001, p. 16-17)

[2] Um esclarecimento se faz necessário: para Gramsci "todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais" (2001, p. 18)

seria buscar por essas diferenciações no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades se encontram, ou seja, dentro da ordem burguesa, revelando, assim, suas associações classistas (GRAMSCI, 2001, p. 18). Ao analisá-los sob essa ótica, é possível compreender, por exemplo, que os intelectuais orgânicos dos grupos dominantes trabalham em prol da manutenção da ordem burguesa. Nesse caso, a suposta e declarada neutralidade teria por função mascarar laços ideológicos, contribuindo para criar um consenso social em torno dos ideais burgueses, camuflando-os como universais. Como consequência, fortaleceriam o domínio da classe dominante sobre as outras.

Fitando o objeto específico da presente análise, no caso dos historiadores, a suposta "neutralidade" do discurso gera uma ilusão de isenção, um sentido de imparcialidade, de distanciamento com relação ao objeto que, em última instância, significa uma ideia de que interpretam os fatos na sua real acepção histórica. Outrossim, passa a imagem de que estão acima dos conflitos sociais, o que oculta seus interesses particulares que, por sua vez, têm um sentido de classe específico, ou seja, encobre sua atuação como intelectual orgânico. Distante, imparcial, isento de laços ideológicos, pode pautar temas, ditar caminhos, sem revelar que é portador de determinada perspectiva analítica ideologicamente localizada. Por isso, como disse Daniel Aarão Reis F.º, em conselho aos historiadores mais jovens, é preciso

> examinar com atenção e cuidado os resultados dos estudos e das pesquisas, por mais renomados que sejam seus autores.
> E não se deixar tomar pela preguiça intelectual, repetindo acriticamente consensos, por mais sólidos que pareçam. Proceder à revisão crítica das afirmações, todas elas, por mais fundamentadas que sejam. A revisão constante e permanente é indispensável a qualquer disciplina e é essencial sobretudo à História, sem o que ela simplesmente deixa de existir para tornar-se mera narrativa interessada.
> O compromisso maior do historiador é não omitir ou distorcer as evidências encontradas, por mais que contrariem suas hipóteses iniciais ou preferências políticas. E suas explicações e interpretações têm apenas um único juiz – o próprio historiador. E devem ser fiéis, única e exclusivamente, às próprias convicções e à consciência (REIS F.º, 2021, p. 459).

A revisão crítica fundamentada dos estudos anteriores, por mais renomado que seja o analista, é uma importante recomendação. Igualmente salutar e, entendo, inquestionável, é a observação de que o historiador deve ser fiel às suas convicções e consciência. Mas, em vista da percepção de que é preciso observar o exercício da

função social desempenhada pelos intelectuais no conjunto do sistema de relações no qual esta atividade se encontra, e por conta dos laços orgânicos que a suportam, temos que ter em mente que a afirmação dessa fidelidade traz em si uma relação direta com as filiações ideológicas do historiador. Quando Reis F.º atesta que não se pode omitir ou distorcer evidências que contrariem hipóteses ou preferências políticas, e termina proclamando que o profissional é seu próprio juiz, é forçoso ter clareza que esse "julgamento" se dá a partir de seus próprios parâmetros ideológicos. Em suma, mesmo nos casos em que o historiador assume o discurso de isenção, ele se porta como veículo da ideologia, forjada no interior e difundida por grupos aos quais esteja organicamente associado, o que se choca com a ideia de neutralidade.[3]

Todavia, o vínculo orgânico a uma classe não é, em si, um problema para a análise, e não significa abrir mão da objetividade. O pensamento científico pode e deve ser objetivo, a verdade precisa ser a meta, mas é preciso desmistificar a ideia de isenção. O mais significativo é estarmos atentos que, quando intelectuais contemporâneos difundem a concepção de que sua função social incorpora valores superiores e abstratos, como a neutralidade científica, frequentemente se negligencia as consequências decorrentes dessa ideia.

Tal observação é ainda mais considerável em tempos como os atuais, visto que o contexto em que vivemos tem, entre outras marcas, a propagação da pós-verdade, na qual fatos e evidências são relativizados e a razão é negada como parâmetro para o conhecimento científico. A par e passo, se difundem uma gama de argumentos superficiais e visões pré-determinadas sobre os aspectos mais complexos da realidade social, muitas vezes apresentados como estando supostamente respaldados cientificamente. No que toca a história, a negligência interessada em relação aos fatos passou a ser um elemento crucial no processo de persuasão. Mentiras, narrativas tendenciosas, construção de um passado inventado, desinformação, se prestam à divulgação de opiniões, ideias, teses, conceitos, ideologias, e contribuem na produção e difusão de consensos e, consequentemente, na dominação de classe.

Diante dessa realidade, o pensamento racional perde espaço, os intelectuais, entendidos como defensores de princípios éticos e cientificamente fundamentados,

[3] Existem diferentes fatores que condicionam a produção do pensamento, mas, se, por um lado, não se pode entendê-lo como absolutamente autônomo, também é incorreto reduzi-los às determinações sociais.

são questionados e desprezados em seus saberes, e se deparam com a árdua e cotidiana tarefa de enfrentar um tsunami de desinformações travestidas de teses comprovadas. Por isso, a importância do conhecimento científico e do intelectual, como seu difusor, se tornou mais premente do que nunca. Mas, nesse processo, não podemos entendê-los como agentes neutros. Como os intelectuais são detentores de um prestígio que lhes garante legitimidade para intervenção no espaço e no debate públicos, também é necessário analisarmos as suas contribuições, por ação ou omissão, para a criação do consenso em torno da hegemonia conservadora. É imperioso que nos questionemos sobre até que ponto os intelectuais também não cooperam com essa realidade em que fatos históricos são relativizados. Como bem disse Eric Hobsbawn:

> Nas últimas décadas, tornou-se moda, principalmente entre pessoas que se julgam de esquerda, negar que a realidade objetiva seja acessível, uma vez que o que chamamos de "fatos" apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes. Esse constructo é, em princípio, tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não (...) (HOBSBAWN, 2004, p. 8).

A observação do historiador inglês é uma assertiva crítica à historiografia pós-moderna, segundo a qual a realidade não seria apreensível, tudo seria simulação, representação dessa realidade. Como resultado dessa influência do pós-modernismo nas ciências, o conhecimento histórico é reduzido, por muitos, a um texto tão válido quanto qualquer outro, o que leva ao questionamento da própria percepção da História como ciência.

Essa relativização da cientificidade do conhecimento histórico e é uma realidade presente também na historiografia brasileira. Daniel Aarão Reis F.º, historiador de reconhecida produção, em aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sustentou que:

> Quanto à história, perdeu-se há muito a ambição de objetividade em que os antigos acreditavam. Cada historiador tem um ângulo de análise, pressupostos e premissas, abordagens específicas, objetivos a alcançar, o que me tem levado, cada vez mais, a conceber a história como uma disciplina, uma arte, mais do que propriamente uma ciência... uma discussão que nos levaria longe, em outras direções. (REIS F.º, 2010, p. 172)

A um primeiro olhar, há certa contradição entre o entendimento presente nesse excerto e o citado anteriormente, no qual Reis F.º recomenda critérios para o exercício da prática do historiador. Contudo, considero que a defesa da fidelidade do historiador apenas às suas convicções, presente no primeiro fragmento, dialoga com a relativização da objetividade da história, o que é reforçado pelo questionamento do autor quanto à cientificidade da história, expostos no segundo. Ademais, há outro ponto a ser mencionado: seus textos sobre o golpe de 1964 e a ditadura apresentam como característica a presença de uma retórica laudatória sobre a excelência científica da sua própria produção e da dos pares a ele próximos, apresentadas como neutras e apolíticas, e do desmerecimento/apagamento das análises que lhe são antagônicas/críticas, associadas à perspectiva marxista.[4]

Tendo em vista que o autor apresenta-se como portador de uma narrativa isenta de elos ideológicos, e como, seguindo as proposições de Antonio Gramsci, entendemos ser fundamental salientar a ligação dos intelectuais com os grupos e conflitos sociais para que possamos entender a sua função social, o presente artigo externa como seu objetivo analisar o discurso historiográfico revisionista[5] de Daniel Aarão Reis F.º. Com base em um breve exame de sua trajetória política e intelectual e através da observação de algumas de suas premissas, sustenta-se que, embora se defina como um intelectual de esquerda e teoricamente defenda a ética científica da neutralidade de seus estudos, suas proposições apresentam características que alimentam uma perspectiva interpretativa liberal sobre o golpe de 1964 e a ditadura que seguiu a ele. Ou, nos termos de Gramsci, Daniel Aarão Reis F.º atuou como um

[4] Para uma análise mais detida sobre a retórica presente na produção de Daniel Aarão Reis F.º sobre a ditadura, ver: ARTIGO DO AUTOR (NO PRELO).

[5] As análises de Reis F.º e de estudiosos que comungam de suas teses são recorrentemente classificadas por seus críticos como "revisionistas". Há vastas argumentações a esse respeito. O breve espaço de um artigo não permite aprofundá-las ponto por ponto. De modo breve, porém, cabe mencionar que tais autores são assim denominados por condenarem as interpretações centradas no sentido de classe do golpe, por explicarem-no com base em uma argumentação focada sobre o "radicalismo" das "esquerdas" e por entenderem a ditadura como resultado de um "consenso" autoritário "da sociedade brasileira", por sua vez, caracterizada de forma homogênea (MATOS, 2008, 2014 e 2015; MELO, 2012, 2013 e 2014; TOLEDO, 2004). O próprio Reis F.º, se referindo a estudos voltados a "compreender melhor as tradições autoritárias presentes de forma transversal (das elites às camadas populares) na sociedade brasileira", assume que suas análises sobre a ditadura têm caráter revisionista (2021, p. 445 e 459). Na mesma obra, Rollemberg e Cordeiro (2021) reiteram essa admissão, associando tal cunho a trabalhos que revisaram interpretações hegemonizadas e enfrentaram temas inconvenientes ou tabus. Como críticos e criticados aceitam o termo, ainda que em sentidos distintos, o adotaremos para classificar a perspectiva do autor. Saliento, no entanto, que, no que se refere ao uso do conceito de "revisionismo", a perspectiva do presente artigo se associa à dos críticos das análises revisionistas.

"intelectual orgânico" liberal, pois suas teses sobre tais temas veiculam interpretações e procuram produzir um consenso em torno de sentidos que vão ao encontro dos interesses dos setores dominantes, filiados à citada ideologia, justamente os grupos que mais se beneficiaram com o regime.

Um intelectual entre a memória e a historiografia liberal

O discurso é uma "criação coletiva" porque está vinculada a uma estrutura ideológica determinada. A ideia de que um autor consegue conferir isenção absoluta ao seu texto é ilusória. Na composição das teses e argumentos, inserem-se elementos da visão de mundo e dos interesses do indivíduo que os escreve, dos grupos sociais a que se associa. Nos termos de Pierre Bourdieu (2002), há uma indissociabilidade entre autor/a e obra, entre a trajetória de um/a intelectual e seus escritos. Como sintetiza Lima, segundo o sociólogo francês,

> o intelectual está situado histórica e socialmente - já que faz parte de um campo intelectual, por referência ao qual seu projeto criador se define e se integra, - na medida em que é contemporâneo daqueles com quem se comunica e a quem dirige a sua obra, recorrendo a todo um código que tem em comum com eles: temas, problemas, formas de raciocinar, formas de percepção etc. Suas eleições intelectuais, conscientes e inconscientes, estão sempre orientadas por sua cultura e seu gosto, ou seja, interiorizações dos valores de uma sociedade, de uma época e de uma classe. (...). Em outras palavras, os que se apropriam de um pensamento, pensando que é o seu próprio, estão, na verdade, imersos em um inconsciente cultural de uma época, de um sentido comum que faz possíveis os sentidos específicos nos quais se expressa. (...) E ficam predispostos a manter com seus iguais uma cumplicidade, com os quais compartilham lugares comuns, não somente um discurso e linguagem comuns, mas também campos de encontro e de entendimento, problemas comuns e formas comuns de abordar esses problemas comuns (LIMA, 2010, p. 18).

Tais observações nos levam a concluir que, do ponto de vista analítico, estudar a produção de um autor implica em identificar os sujeitos da enunciação, seus interlocutores diretos e, à luz da sua trajetória[6] (pessoal e no seu campo específico), do contexto histórico-social em que ele produz, observar o tratamento de tópicos

[6] De acordo com Pierre Bourdieu (1996), uma trajetória é uma maneira singular de percurso do *espaço social*, mas vai além de uma construção individual. Tal processo envolve a relação entre os agentes sociais e as forças existentes em seu grupo social e o conjunto de caminhos possíveis à sua geração. Em outros termos, significa dizer que uma biografia, ao tentar reconstruir uma trajetória social, precisa considerar a localização do *campo* ao qual pertence o agente (no caso intelectual ou científico) dentro da estrutura maior de poder, a série de posições sucessivamente ocupadas por esse mesmo agente no interior do campo, visto que elas podem variar ao longo do tempo, em função das alternativas de percurso escolhidas, e os *habitus* coletivos dos grupos.

específicos, para identificar tradições, convicções, aproximações, ideologias, ainda que estas não se mantenham intactas ou retilíneas ao longo do tempo. Logo, é preciso avaliar esses fatores em cada contexto. Só assim é possível compreender as tomadas de posição dos autores. No que se refere à problemática do presente texto, é preciso descrever brevemente parte da trajetória de vida de Reis F.º para constatarmos ou não as conexões com a transformação político-ideológica do autor.[7]

Em 1969, Daniel Aarão Reis F.º era estudante da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e integrante da Direção Geral da Frente Operária da DI-GB (Dissidência Comunista, futuro Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8), grupo da luta armada que, em uma ação conjunta com a ALN (Ação Libertadora Nacional), sequestrou o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Capturado pelas forças da repressão, em março de 1970, em junho do mesmo ano, Daniel Aarão e outros presos políticos foram libertados, em troca do embaixador alemão Enrenfried Von Holleben, também sequestrado em outra ação revolucionária. Forçado ao exílio, Reis F.º foi para a Argélia, depois, passou por Cuba, Chile, França, onde concluiu a graduação em História e cursou o mestrado na mesma área. Em seguida, foi para Moçambique, onde começou a exercer o ofício de professor.

Essa fase inicial de formação e atuação profissional do autor ocorreu no contexto europeu dos anos 1960-1970, momento de renovação teórico-metodológica do ofício de historiador. Nesse período, novas questões, temas, objetos, fontes, abordagens, perspectivas e metodologias de análise surgiram, e passaram a ser questionados e criticados, especialmente, os modelos interpretativos hegemônicos até então. Esse processo, que contou com as contribuições da terceira geração da Escola dos Annales, resultou na emergência e influência da denominada Nova História Cultural, em suas diversas correntes (Barros, 2011, p. 38-39). A ela se somam interpretações enquadradas no campo da Nova História Política, segundo a qual, poder e política passam

> ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas simbólicas. (...) O estudo do político vai compreender não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível de as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (FALCON, 1997, p. 76).

[7] Os dados biográficos de Daniel Aarão Reis F.º foram extraídos de: ALVES, 2015; FANTINATO; EVIN, 2015; e JOFFILY; SCHLATTER, 2011.

Em síntese, concepções ditas "novas" tornaram-se as perspectivas a serem seguidas, e, em função dessa predominância, desde então, grande parte dos trabalhos historiográficos pode ser enquadrada em uma ou outra, quando não, na confluência dessas duas correntes interpretativas (BARROS, 2011, p. 39). Em paralelo, esse é um momento de ascensão de perspectivas revisionistas na historiografia internacional, notadamente críticas às análises de tipo teórico-metodológicos marxistas. São exemplos clássicos dessa operação os debates sobre a Revolução Francesa, associados às contribuições de François Furet, e sobre o Nazifascismo, ligados às proposições de Ernst Nolte, para o caso alemão, e Renzo De Felice, para a experiência italiana.[8] Esse processo culmina com a tese de Francis Fukuyama sobre o "fim da história" e sua glorificação da sociedade liberal-burguesa. Não por acaso, todo esse movimento de transformação historiográfica coincide no tempo com as severas mudanças políticas e econômicas pelas quais o mundo passou, e que tiveram como marcos principais a ascensão da ideologia neoliberal e progressivo declínio e desintegração do bloco socialista.

Portanto, é em um contexto de exílio e de transformações no campo político e historiográfico internacional que Daniel Aarão Reis F.º se profissionaliza. Todavia, tão ou mais expressivo é o reconhecimento por parte do autor quanto ao início de sua mudança na forma de pensar, durante os cerca de nove anos em que foi obrigado a se manter distante do Brasil:

> Realmente nos anos 1960 eu era um jovem, na conceituação que hoje adoto, partidário de uma perspectiva catastrófica revolucionária. Tinha essa visão, de uma revolução catastrófica. Era da galeria do Tchernychevski, do Lênin, do Che Guevara. Era um herdeiro dessa perspectiva apocalíptica revolucionária. Nós todos que fazíamos parte das organizações revolucionárias de esquerda tínhamos essa perspectiva. E eu fui revendo essa proposta. (...). Quando volto do exílio, essa revisão estava a meio caminho, mas não se pode dizer de modo nenhum, estivesse completada. (...) Quando eu volto do exílio eu entro no PT, (...) eu já era partidário de uma tendência (...) que via e que cultivava expectativas revolucionárias catastróficas, embora já mediadas por uma série de senões (...) havíamos incorporado muito os valores democráticos como uma questão fundamental e não como era próprio da tradição comunista de usar a democracia como uma plataforma para chegar ao poder, como o intervalo democrático, um expediente tático, porque a verdadeira democracia só viria depois da ditadura revolucionária. (...). De sorte que os anos 1980 vão sendo

[8] Também é possível citar revisionismos sobre outras experiências, como o Franquismo, na Espanha, e o Salazarismo, em Portugal.

> anos de muito aprendizado pra aprofundar os conhecimentos sobre as esquerdas brasileiras, os estudos sobre o socialismo também, e isso tudo vai me ajudando a ver melhor, eu acredito, outros dirão que é pior, depende do observador. Eu, a meu ver, vou vendo melhor as coisas e vou mudando (...). Vou mudando minhas ideias a respeito do processo revolucionário. (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 252-254).

Em termos de referências teóricas que influenciaram sua transformação na forma de ver o mundo, Reis Filho cita Michel Foucault e Nicos Poulantzas. (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 253), em suas reflexões sobre a questão do poder, além de autores que analisaram criticamente os acontecimentos de 1968. Nesse caso, além de Poulantzas, menciona Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Fernando Claudin e Ernest Mandel (FANTINATO; EVIN, 2015, p. 326). Afora esses apontamentos temáticos mais gerais, Reis F.º não detalha como tais intelectuais tão diversos teórica e politicamente contribuíram para a sua formação. Em um esforço de dedução, é viável identificar alguns pontos de conexão entre eles e deles com o autor. Em princípio, percebe-se que, apesar da pluralidade de perspectivas, os citados intelectuais têm um ponto em comum em suas trajetórias: em algum momento da suas vidas estiveram próximos das teses de Karl Marx e foram filiados a partidos comunistas.[9] Em termos teóricos, não é possível mais do que conjecturas sobre as aproximações com as transformações da visão de mundo por parte de Reis F.º. Um ponto de conexão é um afastamento progressivo e crítica crescente com relação à teoria marxista e marxiana, como ocorreu com Castoriadis, Lefort, Claudin e Foucault.[10] Ernest Mandel e Nicos Poulantzas,[11] no entanto, procuraram atualizar

[9] Poulantzas esteve filiado ao PC grego até a sua prematura morte, aos 43 anos. Foucault, ao PC francês, por poucos anos (1950-1953), tendo deixado o partido por decisão própria. Claudin foi expulso em 1965, após divergências com a liderança do PC espanhol. Castoriadis pertenceu ao PC grego por um ano (1941) e ao PC Internacional francês (1946-1948), onde conheceu Lefort. Mandel manteve-se como um intelectual-militante ativo do comunismo desde a juventude, no PC belga, até a sua morte, em 1995.

[10] Castoriadis se desiludiu com o PCI e com o trotskismo em 1948, saiu do partido, junto com Lefort, e progressivamente se afastou da teoria marxista, até o rompimento definitivo, no final dos anos 1960, se tornando, então, um severo crítico. Lefort começou um processo de distanciamento do marxismo como horizonte teórico, ainda no final dos anos 1950, e desenvolveu um trabalho crítico da cultura marxista e da política comunista. Claudin, após a expulsão do PCE, dedicou-se à análise dos regimes e sistemas comunistas e, progressivamente, se afastou da tradição comunista, tornando-se crítico ao leninismo e aos seus métodos, e um adepto da socialdemocracia. Foucault foi do flerte com o radicalismo de esquerda à fascinação pelo neoliberalismo, entendido como a promessa de uma nova ordem social, mais aberta à autonomia individual e às formas experimentais de vida. No início dos anos 1970, construiu parte de sua teoria sobre os poderes a partir de um debate com Marx. No final daquela década, preocupado com a edificação de um "novo imaginário político", proferiu uma palestra denominada "Metodologia para o conhecimento do mundo: como se livrar do marxismo" (FOUCAULT, 1994).

mas permaneceram adeptos do marxismo. Com relação ao primeiro, as semelhanças com Reis F.º residem na descrença com relação ao sucesso da luta armada na América Latina, mas há diferenças. Mandel, pensador revolucionário, em 1969, defendeu essa opção com válida para o continente latino-americano, mas, em meados dos anos 1970, passou a considerar essa experiência em particular como ilusória. Contudo, continuou um defensor da estratégia revolucionária como meio de superar as contradições capitalistas. Já quanto à valorização do caminho democrático, há um diálogo com Poulantzas, mas entendo que há um distanciamento na questão do Estado como centro do poder. Nesse aspecto, talvez a proximidade maior seja com a ideia de multiplicidade de poderes de Foucault. Mas, além desses autores e problemas,

> Outras grandes questões, suscitadas pelos movimentos dos anos 1960 nos EUA e na Europa (feminismo, identidades étnicas, preferências sexuais, questão das drogas, entre outros), começaram também a virar nossas cabeças. As experiências em Cuba, na Argélia e em Moçambique também ajudaram a repensar os problemas dos movimentos de libertação nacional e suas complexas relações com a construção do socialismo. (...)
> O exílio, assim, foi uma experiência existencial e intelectual fantástica, abrindo muitos horizontes, determinantes para minhas escolhas futuras e para a estruturação de uma visão de mundo inteiramente renovada. (FANTINATO; EVIN, 2015, p. 326)

Também significativas em termos da relação entre trajetória de vida e a mudança de perspectiva ideológica são as suas palavras sobre os desacordos com o processo político vivido durante o tempo em que esteve em Moçambique. Em um primeiro momento, o historiador se mostra esperançoso quanto à realidade encontrada, em 1976, quando chegou para trabalhar como professor de história na Universidade Eduardo Mondlane, na cidade de Maputo:

---

[11] Mandel, intelectual e militante socialista belga, refletiu, a partir dos referencias marxistas e marxianos, sobre a realidade capitalista que viveu e sobre formas de transformação da realidade, depositando fé na possibilidade revolucionária, decorrente das contradições do sistema. Poulantzas, pensador grego e importante marxista estruturalista, percebeu os limites da experiência soviética, e, no final dos anos 1970 defendeu o "caminho democrático para o socialismo", entendido como a busca pela construção de uma estratégia para que a esquerda pressionasse por dentro do Estado, no sentido de transformá-lo em direção da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que, externamente, contasse com o auxílio da pressão de organizações de base. Poulantzas dialogou com a teorização foucaultiana sobre o poder como um tecido abrangente da sociedade, contudo, manteve o entendimento do Estado como centro do exercício do poder político e como reprodutor do poder de classe. Apesar dos diálogos para além da teoria marxista e marxiana e das adequações que fez sobre ela, o pensador grego jamais abriu mão do papel central da luta de classes ou abdicou da estratégia revolucionária, tampouco, aderiu à social-democracia.

> A ida para Moçambique unia várias referências: passar finalmente a ter uma vida profissional, normal, no entanto, associada à revolução, porque o movimento revolucionário em Moçambique, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) era um movimento revolucionário nacionalista, mas que tinha uma liderança informada pelas referências marxista-leninistas e estava disposta, isso era declarado, a orientar o novo país independente no rumo do socialismo (...). De sorte que a ida para Moçambique, aquela coisa do movimento revolucionário armado, vitorioso, isso nos remetia à nossa tradição imediata, nós tínhamos também sido um movimento revolucionário armado, liquidado, massacrado, derrotado, mas, "primos" nossos tinham conseguido a vitória em Moçambique, isto criava uma afinidade muito grande. A gente estava indo para um lugar, exercer uma profissão, começar uma vida profissional normal, porém, num contexto revolucionário (...). (ALVES, 2015, p. 876-877)

Contudo, com o tempo Reis F.º passou "a ter mais informações, cada vez mais, das lutas políticas travadas na Frelimo" e, em consequência, preocupação, pois "já estudava muito os processos das revoluções socialistas e ia formulando cada vez mais uma visão crítica do socialismo realmente existente". A desaprovação quanto à situação vivida residia no fato do presidente Samora Machel e do Comitê Central terem decidido "converter a Frelimo, que era uma Frente de Libertação Nacional, num partido marxista-leninista", o que o autor definiu como "uma violência muito grande", "uma coisa muito vanguardista, muito de cima para baixo", "uma loucura" que geraria "uma distorção imensa", pois nem as lideranças da frente "estavam equipadas com a teoria marxista, para dar esse salto", "um desastre" que "ensejou toda uma série de atitudes e políticas altamente autoritárias", o que "desagradou" e deixou o então jovem professor "chocado". (ALVES, 2015, p. 881-886) Reis F.º entendeu que aquele processo de "transformação revolucionária" acentuava "uma perspectiva ditatorial que não estava necessariamente inscrita no processo de independência". Essa desilusão e conclusão era resultado do gradual processo de construção de uma visão crítica das revoluções socialistas. Nas palavras do próprio autor,

> eu construí uma visão crítica sobre isso, derivada dos meus estudos sobre as revoluções socialistas. Eu tinha, aqui no Brasil, estudado muito pouco as revoluções socialistas, eu fiz um estágio em Cuba, de quase um ano, e depois estudei muito a URSS e a China, tanto na França como depois lá em Moçambique, isso me permitiu começar a construir uma visão crítica desses processos. E eu estava vivendo, ali em Moçambique, uma mimetização desses processos que já dava pra saber onde aquilo iria dar. (...). (ALVES, 2015, p. 886-887)

Não está posta nessas passagens um afastamento do autor com relação ao marxismo-leninismo. De explícito, o início de uma crítica às revoluções socialistas e ao chamado socialismo realmente existente. De qualquer forma, se consideramos as referências teóricas que contribuíram para a sua mudança de visão de mundo, é de se conjecturar que, nelas, já está presente uma crítica a tal perspectiva. Isto fica mais claro quando, retornando ao Brasil, em setembro de 1979, Reis F.º militou no Partido dos Trabalhadores (PT), participando da fundação do diretório do Rio de Janeiro, o que o ajudaria "a elaborar melhor sobre o Brasil", pois, no exílio, pouco estudara sobre o país. O historiador "estava longe do país e muito traumatizado pela derrota (...) do projeto de luta armada", e precisou de tempo e distância para compreender o fracasso. Isso teria contribuído para que pouco acompanhasse a luta democrática. Mas o maior motivo do distanciamento desse processo seria o fato de estar longe dele "em termos conceituais", pois, até então, sua teoria era baseada no que denominou de "utopia do impasse", ou seja, a ideia de que a ditadura se agravaria e destruiria a economia do Brasil, baseada em "teses estagnacionistas e catastrofistas dos teóricos de esquerda – Celso Furtado, Caio Prado Jr., Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini", e, cuja única solução seria a luta armada (ALVES, 2015, p. 889). Contudo,

> todo o desenvolvimento do Brasil desmentia essas premissas: o capitalismo andava com botas de sete léguas, o Brasil se modernizava de uma maneira demencial, não havia estagnação nenhuma, a luta armada tinha sido massacrada, não tinha tido apoio nenhum da sociedade e as lutas democráticas, de maneira altamente imprevistas, iam se afirmando. Então era um quadro que não tinha nada a ver, como dizia um colega meu "a realidade se rebelava contra a nossa teoria" (ALVES, 2015, p. 889).

Em meio a esse quadro, que era entendido como contraditório, pois os fatos "teimosos" "desmentiam inteiramente a teoria", Reis F.º precisou de "um tempo de luto". Pensou, então, em se dedicar ao estudo da história da África (ALVES, 2015, p. 887), ofereceu cursos "sobre as lutas de libertação nacional, sobre socialismo soviético, sobre a China de Mao Tsé Tung, sobre Cuba, [mas] não oferecia nenhum curso sobre história do Brasil". "Meio perdido", recuperou o interesse pela nossa história ao longo dos anos 1980, e durante seu doutorado, cursado na Universidade de São Paulo (USP), se reaproximou de referências que o possibilitaram pensar o país, e buscou "ajustar as contas com a história das esquerdas" como forma de "ajustar as contas" com as teorias sobre o Brasil (ALVES, 2015, p. 890).

Tais "ajustes de contas" são o fio condutor que orientam os estudos de Daniel Aarão Reis F.º sobre o golpe e a ditadura. Como autor e escritos são indissociáveis, a produção de Reis F.º está intimamente ligada a uma trajetória de vida que é marcada por um processo de mutação política e ideológica ocorrido em paralelo à construção/filiação a determinada perspectiva historiográfica crítica ao marxismo, ao longo dos anos 1970-1980. Como toda produção também está situada histórica e socialmente, suas opções, consciente e inconscientes, carregam em si valores de uma sociedade, época, classe. Nesse sentido, os mencionados desenvolvimento econômico do Brasil, massacre da luta armada, falta de apoio "da sociedade" a esse movimento e afirmação das lutas democráticas, ao longo dos anos 1970, são elementos que influenciam o ajuste de contas com as esquerdas e com as teorias sobre o Brasil.

Contudo, tal mudança parte de uma análise limitada da conjuntura. Ao mencionar o suposto sucesso econômico da ditadura, o autor não considera os custos da política econômica adotada, especialmente para a população mais pobre, o que já deveria levar à relativização do desenvolvimento ou, ao menos, ao questionamento quanto a quem seria beneficiado. Além disso, em 1979, o país já dava sinais da estagnação reinante na década seguinte. Portanto, não necessariamente, os "fatos teimosos" desmentiram a teoria. Por outro lado, a derrocada da luta armada associada à afirmação das lutas democrática parecem tê-lo levado a valorizar essa opção, sem observar suas limitações. Cabe, portanto, analisar a escolha por essa perspectiva analítica com a vinculação a ventos políticos, ideológicos e historiográficos, a partir de alguns elementos da produção científica de Daniel Aarão Reis F.º.

O caráter liberal dos argumentos do revisionismo sobre a ditadura

O momento em que Daniel Aarão Reis F.º decide dar prosseguimento à sua formação como historiador, através do doutorado na USP, coincide com a época em que as inovações da historiografia internacional se difundiram no Brasil e com o processo de transição do país para a democracia. A exemplo do que ocorreu na Europa, nesse momento, também no Brasil iniciou-se um processo de revisão de um

momento traumático de sua história. No nosso caso, sobre o golpe de 1964 e a ditadura.[12]

Inserido nesse contexto de transformações políticas e historiográficas, em termos internacionais e nacionais, de posse de novas referências, Reis F.º repensou o Brasil e estudou em diversos temas, em particular, o golpe de 1964 a ditadura brasileira. O marco inicial de suas reflexões sobre essas temáticas é sua tese de doutorado publicada em 1989, sob o título *A Revolução faltou ao encontro*.[13] A partir de meados da mesma década, a produção cresceu, ganhou fôlego e disseminação até se tornar muito influente e criticada, a partir dos anos 2000.

Daniel Aarão Reis F.º, reconhece que as suas investigações sobre o golpe e a ditadura, e de outros que adotam a mesma perspectiva que ele, "têm sido feitas, informadas pelos critérios da história política renovada e da história cultural", (REIS F.º, 2014a, p. 9), isto é, justamente na convergência entre as correntes interpretativas em evidência a partir dos anos 1970. Portanto, a produção do autor tem claras e admitidas influências dessa marcha. Assim, dada a conexão existente entre as trajetórias pessoais, políticas e pessoais e a produção de qualquer autor, cabe questionarmos: até que ponto as reflexões de Reis F.º não trazem as marcas de suas vivências e memórias? Na mesma apresentação a alunos do CPDOC em que questiona a objetividade da História, o autor admite que se situa em dois planos: o de memorialista, "por haver participado intensa e pessoalmente de processos e episódios que serão matéria de nossa conversa"; e "Historiador, porque tenho dedicado parte importante da vida a estudá-los e a refletir sobre eles sob o prisma da história". Ato contínuo, salientou a sua posição profissional, alegando que o historiador deveria "(...) se preocupar com, e controlar, as tentações subjetivas, as inclinações apriorísticas, e preocupar-se, na medida do possível, com a verdade, por mais difícil que isso possa parecer". Por isso, na apresentação, assumiria a função de "historiador, cuidando para que a condição de memorialista não interfira demasiadamente". (REIS F.º, 2010, p. 171-172)

[12] A obra que dá início ao revisionismo sobre a ditadura brasileira é o livro de Argelina Figueiredo (1993).
[13] Antes, em 1985, o autor, em parceria com Jair Ferreira de Sá, organizou um livro com textos relativos aos grupos de esquerda surgidos entre 1961 e 1971 em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro. Trata-se, no entanto, basicamente de um livro de fontes (REIS F.º e SÁ, 1985).

Mas, como a trajetória de vida e obra são indissociáveis, será mesmo possível separar o historiador do memorialista? E como o próprio autor relativiza a falta de objetividade da história e reconhece o caráter selecionador e tendencialmente unilateral da memória (REIS F.º, 2010, p. 172), teria como sua produção estar isenta de reconstruções memorialísticas?

Jacques Le Goff (1990) nos adverte que, embora sejam práticas distintas, História e Memória se relacionam. Complementaria afirmando que não há como desvincular a memória da perspectiva histórica, pois o ato de rememorar sempre ocorre em um contexto histórico concreto e é por ele influenciado. Nos termos de Maurice Halbwachs (1990, p. 26), construímos nossas lembranças na interação com a sociedade, seus grupos e instituições. Além disso, ao expormos nosso passado, sempre estamos procedendo uma reelaboração através da qual memórias tidas como negativas podem, consciente ou inconscientemente, ser esquecidas. Por conseguinte, é preciso considerarmos que aquilo que é narrado ou silenciado, além de vincular-se a um contexto histórico-social determinado, articula-se com opções e projetos políticos, presentes e futuros, dos sujeitos. Em certos momentos, para que determinado projeto político seja vitorioso, ou simplesmente para seguir em frente, é preciso esquecer. A memória finda, pois, por ser um campo de disputa pela hegemonia política. Como sintetiza Fernando Rosas,

> ao convocarmos, ao inscrevermos a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações societais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã. (ROSAS, 2009, p. 85)

Assim, pode ser suposto um entrelaçamento entre memória e história, entre trajetória de vida, mudanças de perspectivas políticas e historiográficas a partir da análise de algumas teses de Daniel Aarão Reis F.º sobre o golpe e a ditadura, cujas bases assentam-se no que denomina como as “complexas relações entre sociedade e ditadura”. Dela deriva a sua percepção da ditadura como uma construção social, cuja inspiração residiria em um tripé:

> uma historiografia russa sobre o stalinismo, na qual o stalinismo é revisto como uma construção social (...) a historiografia sobre o nazismo alemão, dos anos 1970, 1980, toda uma revisão que começou a ser elaborada, evidenciando a cumplicidade de segmentos

> importantíssimos da sociedade alemã com o nazismo. E finalmente, da historiografia francesa, destaco o Pierre Laborie, que é um autor que também tem contribuído muito, desde os anos 1970, 1980, pra repensar o colaboracionismo da sociedade francesa com o Governo de Vichy. (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 249)

As referências, explicitadas em 2011, são esparsas e pouco precisas. Excetuando Pierre Laborie,[14] como o autor menciona, sem citar nomes, o revisionismo sobre o nazismo, é possível buscar observar pontos de conexão entre essa historiografia europeia e as análises de Daniel Aarão Reis F.º. Entre eles, o antimarxismo, também presente nas análises de autores citados anteriormente. Outra, é o caráter liberal, hegemônico no contexto político e econômico internacional dos anos 1990 e igualmente na perspectiva historiográfica em voga naqueles anos, período em que, lembrando, a produção de Reis F.º começa a ganhar corpo e projeção.[15] É o que se depreende dos argumentos a seguir:

a) A corresponsabilização da esquerda:

Uma das teses de Daniel Aarão Reis F.º em que esse caráter pode ser percebido, e que ganha em ênfase ao longo dos anos, é a de que as esquerdas optaram pela ruptura institucional. Em *A Revolução faltou ao encontro*, de 1989, é feita uma análise das formulações e ações de três organizações de esquerda (as mais

[14] Pierre Laborie (2010), historiador francês que analisa o regime de Vichy e a ocupação nazista de parte do território francês entre 1940 e 1944, questiona a ideia e as formas de resistência da população francesa nesse período, e desenvolve os conceitos de *penser-double*, referente à existência de sentimentos opostos, formas contraditórias de pensar na opinião comum, e de "zonas cinzentas", relativas a comportamentos como omissões, indiferenças, adaptações, acomodações, existentes entre o apoio e a rejeição dos franceses à ocupação nazista.

[15] O liberalismo não é um fenômeno homogêneo. A história do seu desenvolvimento é plural, as reflexões sobre ele são muitas, e as conclusões, diversas, o que frequentemente torna seu emprego genérico e confuso. Não há, portanto, consenso sobre uma definição única e satisfatória sobre o fenômeno. Reconhecendo esse aspecto, o presente trabalho, sem pretender um debate exaustivo, busca destacar elementos predominantes do liberalismo a partir do último quarto do século passado, e estabelecer vínculos com determinada historiografia. Nos parece suficiente salientar que, de forma geral, podemos entendê-lo como uma ideologia que prega a autonomia relativa do indivíduo frente ao Estado que, desde os pensadores clássicos, é compreendido como tendo a função de garantir a ação livre dos indivíduos proprietários e a liberdade empresarial, o que em última instância significa a preservação da ordem social. Isso mostra uma relação intrínseca entre liberalismo político e econômico, embora muitas vezes sejam apresentados como tipos estanques. Portanto, embora falte consenso quanto à definição, há bases teóricas para compreensão dos princípios essenciais do liberalismo e de suas conexões com a dominação burguesa, especialmente no final do século XX e início do século XXI. Além desses parâmetros mínimos para a identificação do fenômeno, é preciso consideramos que, no período histórico citado, a corrente liberal que mais cresce é o neoliberalismo. Essa corrente defende um Estado mínimo cuja atuação deve estar restrita a funções que lhe são exclusivas, como a segurança pública, portanto, à manutenção da ordem social, no caso, a liberal-burguesa, reafirmando os valores do liberalismo econômico do século XIX (Cf. SILVA e SILVA, 2009, p. 257-262; MINOGUE, 1996, p. 420-424).

importantes, para o autor), no período 1961-1964: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em comum, teriam a fé de que o processo revolucionário brasileiro já era vivido e não poderia ser detido. De diferente a um primeiro olhar, o desprezo pelo jogo institucional e a crença da luta armada como única alternativa possível, por parte do PCdoB e da POLOP, e a defesa do caminho pacífico para a transformação da sociedade brasileira, pelo PCB. Contudo, segundo o autor, nos anos 1960, esse partido usava a democracia apenas como uma estratégia para atingir seu objetivo de "tomar o poder".

> As flutuações entre 1961/1964 evidenciam a continuidade: trocavam-se as armas pelo parlamento, o ataque à Constituição pela sua defesa, a frente revolucionária pela frente nacional, tudo isto, contudo, eram recursos, meios, ferramentas, espaços, no contexto de uma questão maior: em que medida aumentam (ou diminuem) as possibilidades para o assalto ao poder pelo partido do proletariado? (REIS F.º, 1989, p. 140)

Apesar dessa afirmação, Reis F.º, nesse texto, caracteriza a perspectiva revolucionária, a "tomada do poder" por parte dessas organizações de esquerda como algo mais ilusório do que concreto, como "esperanças" e "delírios" compartilhados (REIS F.º, 1989, p. 42). No artigo "Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60", de 1997, porém, o argumento começa a ganhar outros tons. Surgem as teses de que "as esquerdas não foram apenas vítimas de uma ditadura feroz" e o questionamento quanto ao entendimento da luta armada como "resistência democrática".

Fazendo referência ao texto anterior, denomina as organizações comunistas "como uma contra-elite, alternativa, que parte ao assalto do poder político". Além disso, atesta a existência de um "projeto revolucionário ofensivo" por parte das esquerdas, antes da radicalização da ditadura, em 1968, e até mesmo da própria instauração do regime, em 1964. Nesse sentido, os dissidentes – grupos insatisfeitos com "as tradições defensivistas e frentistas dos velhos partidos comunistas latino-americanos" –, apesar de dispersas em "uma miríade de organizações e grupos", "havia acordo quanto ao nó da questão: chegara a hora do assalto". E conclui: "Neste quadro os revolucionários não resistem, atacam" (REIS F.º, 1997b, p. 40-41).

Em termos concretos, não há evidências de que as organizações comunistas partiriam ao assalto ao poder político, antes de 1964. Há apenas uma retórica de

enfrentamento e de crença na superação do capitalismo. Além disso, a própria percepção da existência de dissidentes e multiplicidade de grupos, fragiliza a identificação uniformizadora dos comunistas como uma "contra-elite" com uma estratégia única, ainda que o objetivo final fosse semelhante. Há uma diferença de constituição e contexto político entre as organizações de esquerda pré e pós-1964 que dificulta percebê-las como dotadas de uma perspectiva idêntica. Ao fim, sem fazer essa distinção fina, o que antes Reis F.º apresentava como delírio por parte dos grupos de esquerda pré-1964, anos depois, ganha ares de ação evidente, de ataque por parte "das esquerdas", ainda que fruto de uma análise equivocada da conjuntura e, como tal, fadada ao fracasso (REIS F.º, 1997b, p. 41-42). E, se já há uma mudança de nuance entre esses dois textos, a tese de que a esquerda radicalizava e da negativização de sua retórica e de suas ações ficam ainda mais patentes em seu livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, editado em 2000, quando o autor afirma que, com a posse de João Goulart, cresceram as agitações sociais, que alcançaram, então, "uma ampla e inédita participação popular". Talvez por conta disso, diz o autor, "mudaram o tom e o sentido do discurso". Segundo a nova versão, "os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, e os alvos, abatidos, e não contornados". (REIS F.º, 2000, p. 23)

Tal argumento foi criticado pela sua generalização[16] e, em uma atualização/ampliação do livro de 2000, publicada em 2014 sob o título *Ditadura e Democracia no Brasil*, após um parágrafo quase idêntico, é acrescentado um complemento que relativiza ou situa de forma mais clara o caráter radical: "O processo não foi linear: nem todos os setores interessados avançaram de modo coordenado ou unificado. Havia uma grande cacofonia, na qual se explicitavam variadas propostas. Mas o sentido geral apontava para uma radicalização crescente" (REIS F.º, 2014b, p. 33). Ao fim, em ambos textos, o autor sentencia que assim "tomou corpo o programa das *reformas de base*" (REIS F.º, 2000, p. 23; 2014b, p. 33. Grifos no original).

Transformação semelhante pode ser notada quando, na primeira versão, Reis F.º afirma que, "na medida em que essas [as reformas] não se concretizavam, [os movimentos de luta] desiludiam-se com a Lei e passavam, crescentemente, a defender o recuso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: *reforma*

[16] Cf. MATTOS, 2008 e MELO, 2013.

agrária na lei ou na marra" (REIS F.º, 2000, p. 26). Posteriormente, a redação foi alterada para:

> Entretanto, como as reformas não se concretizavam, acentuavam-se as pressões sobre Jango – era preciso que ele largasse de mão atitudes e políticas de conciliação e exercitasse as margens próprias do poder. Nessa atmosfera, alguns segmentos mais radicais passavam, crescentemente, a defender o recurso à força, sintetizando-o na agressiva palavra de ordem: *reforma agrária na lei ou na marra* (REIS F.º, 2014b, p. 36-37. Grifo no original).

Além da opção pela força ficar restrita a "alguns segmentos mais radicais", já não há a percepção de desilusão com "a Lei", mais um aumento de pressões sobre Jango. Contudo, a relativização presente na versão mais recente não faz desaparecer a visão negativa das ações da esquerda, ou de alguns segmentos dela, apresentadas como radicais. Isso fica mais claro em texto posterior, no qual Reis F.º repete o argumento de opção por romper a constitucionalidade:

> A rigor, e a bem da verdade, não apenas entre os conservadores medravam propósitos e projetos de ruptura da ordem constitucional. No campo popular, a defesa do *slogan* "*na lei ou na marra*" resumia todo um programa. (...). Para as correntes radicais [da esquerda], a democracia realmente existente, considerada *burguesa*, valia apenas como campo de manobras e acúmulo de forças. O próprio PCB, que optara por formulações moderadas, desde 1958, e que fizera da luta pela reconquista da legalidade, perdida em 1947, uma de suas bandeiras mais importantes, viu-se envolvido no roldão. De um lado, porque também fazia parte de sua cultura política um grande desprezo pela *democracia burguesa*. De outro, porque, em certos momentos, para manter influência em setores populares radicalizados, e não perdê-los para correntes extremistas, era necessário acompanhar os passos da dança. Finalmente, mas não menos importante, porque a proposta política aprovada no V Congresso, realizado em 1960, comportava não poucas ambiguidades, entre as quais acenos à hipótese de um enfrentamento violento para solver as contradições da então chamada *revolução brasileira* (REIS F.º, 2017, p. 333-335. Grifos no original).

Uma primeira observação sobre essa exposição é que, embora em texto mais recente critique a tese de Argelina Figueiredo,[17] Reis F.º sustentava argumentos semelhantes, ou seja, tanto grupos de direita quanto de esquerda estariam dispostos a romper com a institucionalidade. E, com base nas observações que seguem, as ações dos primeiros terminam por aparecer como resposta à radicalização dos últimos,

[17] Em 2021, Daniel Aarão Reis F.º critica a tese da Argelina Figueiredo (1993), que entende o golpe como resultado de radicalismos da direita e da esquerda, classificando-a como "nada original", por estar apoiada na "teoria dos dois demônios", formulada no contexto da Comissão da Verdade na Argentina. Cf. REIS F.º 2021, p. 450.

ignorando todo o longo processo anterior, por parte da direita, de constituição de um grupo visando a conquista do poder, curso que passou pela infiltração no interior do Estado e, inclusive, com tentativas de golpes anteriores (DREIFUSS, 1981). Para Reis F.º, imediatamente após o Comício de 13 de março de 1964, as direitas "unidas, alarmadas" "reagem", através da estratégia das marchas, ocorridas em várias cidades (REIS F.º, 2000, p. 30-31).[18] E o que teria provocado a união dos diferentes grupos das "direitas"? Na leitura do autor, "Funcionando como cimento, unindo todos, o Medo de que um processo radical de distribuição de renda e poder pudesse sair dos controles e levar o país à desordem e ao caos" (REIS F.º, 2000, p. 33-34. Grifos no original). O argumento do "medo" como "cimento" é repetido na versão de 2014 (REIS F.º, 2014b, p. 47), mas sem o destaque da inicial em maiúscula, e ampliando as referências, com citações a movimentos de libertação nacional que se aproximaram do socialismo: revoluções cubana e chinesa e do mundo árabe e Vietnã. Em ato contínuo, afirma:

> É inegável que o golpe militar e civil foi empreendido sob bandeiras *defensivas*. Não para construir um novo regime. O que a maioria desejava era *salvar a democracia*, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma *civilização ocidental e cristã*. Do ponto de vista das Forças Armadas, tratava-se de garantir a hierarquia e a disciplina, ameaçadas pelos protestos crescentes de graduados e de marinheiros. Finalmente, outra referência acionada com boa aceitação, em especial entre as classes médias, era o combate à corrupção, pervasiva, segundo os conservadores, desde os últimos anos JK. (...).
> Agora, obtida a vitória sobre a subversão comunista e a corrupção, colocava-se a prosaica questão: o que fazer?
> Foi difícil encontrar uma resposta comum (REIS F.º, 2014b, p. 48. Grifos no original).

Ainda que o autor possa estar se referindo aos argumentos dos golpistas e não a uma visão sua, a tese da ação "defensiva" se assemelha a da "reação alarmada" ao Comício de 13 de março, citada na versão de 2000 do texto. Disto resulta que, ao longo do tempo, os argumentos de Reis F.º sobre a falta de apreço da esquerda pela democracia e a sua opção pelo assalto ao poder, embora nunca caracterizada de forma textual como golpe, vão ao encontro das teses golpistas e dos partidários e saudosistas da ditadura de que reagiram para impedir a tomada do poder pelos

[18] Na versão de 2014 (p. 41), há pequenas alterações de forma que em nada alteram o conteúdo da passagem. Em virtude da similitude, não será transcrita, mas fica a menção à referência para comprovação.

comunistas. Possibilitam, pois, o entendimento de que, assim como a direita, a esquerda tem parcela de responsabilidade pelo desfecho de 1964. Essa tese, como bem percebe Demian Melo, cria a falsa sinonímia entre o golpe dado pela direita e a revolução almejada pela esquerda, "justamente o que fizeram os vencedores de 1964 que chamaram seu movimento de 'revolução'" (MELO, 2006, p. 126).[19]

Ao se prender a conjuntura da ação de tomada do poder ou, quando muito, à conjuntura 1961-1964, Reis F.ª não ressalta o aspecto subversivo, a construção clandestina, a preparação com considerável antecedência e planejamento, as estratégias e tentativas anteriores. E é justamente na sua preparação que encontramos sua natureza de classe. O golpe de 1964 foi precedido por uma longa tentativa de dominação das estruturas do Estado através de uma tecnoburocracia que se infiltrou nos aparelhos de formulação e decisão de políticas, desde os anos 1950 (DREIFUSS, 1981). Na conjuntura privilegiada por Reis F.º, em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, os militares e a oposição conservadora se recusaram a aceitar a posse do vice-presidente João Goulart, pressionaram e quebraram a institucionalidade, violentado a Constituição através de uma manobra oportunista para instauração do parlamentarismo. Em ato contínuo, os golpistas iniciaram um perseverante processo que, por um lado, visava a destruição da legitimidade do governo, atacando-o politicamente e por meio da mídia, de outro, investiram na cooptação de aliados, de lideranças políticas e sociais, particularmente, buscando o apoio de militares reticentes, da Igreja e do empresariado.

Ademais, quando sustenta a tese da falta de uma ideia sobre o que fazer depois, Reis F.º também reproduz um argumento usado pelos militares para sustentar que o golpe foi dado contra e não a favor de algo.[20] Ao abrir mão de contextualizar a

[19] Entendo que, em termos de semelhanças, golpe de Estado, como conceito, pode até se aproximar do de revolução em função de ambos representarem rupturas bruscas da ordem institucional, via a derrubada de um governo e a instauração de outro. Mas as diferenças são significativas. O golpe de Estado é um ato efetuado pelas chamadas elites orgânicas, ou seja, grupos inseridos no próprio Estado, como os burocratas e os militares, e visa, em geral, apenas a substituição das elites no poder, sem a preocupação em alterar em profundidade os mecanismos políticos, econômicos e sociais. Por outro lado, a revolução é um fenômeno político-social que envolve um confronto entre a classe detentora do poder do Estado e as classes que se acham excluídas desse mesmo poder e objetiva não só a sua tomada, mas uma modificação radical das estruturas políticas, econômicas e sociais da ordem vigente.

[20] Esse entendimento sobressai dos relatos de oficiais que, em 1964, estavam em início de carreira. Tais depoimentos foram colhidos no projeto coordenado por um grupo de pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. (D'ARAÚJO et al. 1994). Mas Dreifuss (1981) demonstra que o grupo reunido em torno do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) tinha um projeto de país e propostas de transformação do Estado elaborado antes do golpe. Ainda que ele não tenha sido

tentativa de tomada e conservação de poder pela direita, de não observar a existência de um projeto prévio, ao menos delineado pelo IPES, e frisar a união e reação por "medo", Reis F.º novamente reproduz o argumento usado pelos golpistas. Sem contar também que, se a direita não poderia aceitar as reformas e reage "alarmada" à radicalização da esquerda, ou da fração mais radical, infere-se que, se não houvesse essa radicalização, não haveria a ação "defensiva", não haveria golpe.

No entanto, como seguidores dos ideais marxistas, grupos de esquerda que pregavam a revolução entendiam que, através dela, promoveriam a substituição da velha ordem social burguesa pela nova, na qual o poder passaria às mãos do proletariado. Ou seja, na passagem do poder político de uma classe para outra, enquanto que o golpe de Estado visou preservar o poder nas mãos da classe dominante.

Além disso, ao perder a noção classista que envolve as teses de revolução socialista dos grupos de esquerda ao igualá-la ao golpe efetivamente dado pela direita, Reis F.º está se aproximando dos argumentos da direita que sustenta que a revolução é algo violento e perigoso, que deve ser evitado, como fizeram alguns dos seus principais teóricos, entre eles, Edmund Burke,[21] Alexis de Tocqueville[22] e Hannah Arendt.[23] Não ignoramos as diferenças entre as origens e perspectivas desses autores, contudo, entendemos que todos podem ser enquadrados no campo liberal e/ou conservador e são exemplos de pensadores que, em proporções distintas, influenciaram o revisionismo sobre a Revolução de 1789, processo historiográfico cujo caráter é nitidamente liberal (MELO, 2013). Essa inspiração se nota, em especial, nas reflexões de François Furet (1989), historiador conservador e revisionista francês que, no contexto de crise do socialismo e ascensão do neoliberalismo, entre os anos 1970 e 1990, alinhado ideologicamente contra a

adotado na íntegra, e tenha sofrido alterações em função da dinâmica do regime, serviu de base para muitas medidas adotadas a partir de abril de 1964.

[21] Edmund Burke (1982), filósofo e político conservador irlandês que, refletindo sobre a Revolução Francesa (1789), expressou o temor quanto à difusão das concepções revolucionárias e a preocupação com a supressão dos antigos costumes e regras de vida.

[22] Alexis de Tocqueville (1997), pensador e político liberal francês, refletiu sobre a Revolução Francesa, defendeu a democracia institucional e opôs-se às revoluções, por acreditar que elas levariam ao despotismo e à abolição da liberdade.

[23] Hannah Arendt (2011), filósofa alemã, afirmou que as revoluções deveriam levar ao estabelecimento de uma nova forma de governo cujo objetivo seria a liberdade, mas, assim como Tocqueville, sustentou a tese de que esta foi melhor preservada onde não houve revolução, e, assim, valoriza a experiência americana, de 1776, conclui que o exemplo francês foi um "fracasso".

esquerda e vinculado ao processo de construção de um consenso conservador e de ascensão do neoliberalismo, procurou desmistificar a herança revolucionária de 1789, rejeitou a interpretação marxista sobre o tema e classificou as experiências revolucionárias como totalitárias e antidemocráticas.

Daniel Aarão Reis Filho faz movimento semelhante quando, em trecho de sua fala em evento sobre os quarenta anos do golpe de 1964, publicada no jornal *O Globo*, se referindo a uma hipotética tomada de poder pela esquerda em 1964, conforme a reportagem, afirmou: "Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas", frase que ganhou destaque como chapéu da matéria. No corpo do texto, a sentença é reproduzida, junto a complemento da comunicação do historiador:

> Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas. Se as esquerdas tomassem o poder, haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil – atesta Daniel Aarão Reis, professor de História da UFF e ex-guerrilheiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). – Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles: fuzilamento e cabeças cortadas. (MOTTA et al. 2004, p. 8)

No seu todo, o conteúdo da reportagem é, basicamente, uma contestação do caráter democrático da resistência da esquerda, apresentada no título como um "dogma que desaba". Reivindicando um discurso isento, a matéria também cita falas de analistas como João Quartim de Moraes, que discorda do rótulo de antidemocrática como definição da luta da esquerda. No entanto, a mensagem que se quer passar é a de que a esquerda era mesmo antidemocrática e violenta. Nesse sentido, como forma de validação do argumento, aparece o recurso a falas de especialistas, como Daniel Aarão Reis F.º, apresentado como "estudioso", "professor" e "ex-guerrilheiro", classificações que reforçam o capital simbólico do locutor e, em consequência da própria ideia que se quer transmitir.

O dever do ofício de historiador nos leva a tomarmos com cuidado as afirmações presentes nos apontamentos do jornal. Nesse sentido, caberia seguirmos as observações de Marcelo Ridenti (2004, p. 146), também citado na reportagem, que entende que as palavras de Reis F.º foram retiradas do contexto. Enfim, o sentido presente no registro jornalístico pode não ser exatamente aquele pensado pelo autor. No entanto, se considerarmos os argumentos de Reis F.º presentes na produção decorrente do mesmo evento a que se refere a reportagem de *O Globo*, na qual o autor defende a tese de que a "resistência democrática" por parte da esquerda foi uma

reconstrução de memória datada do período de transição política e afirma que setores da esquerda cogitavam a possibilidade de levar a cabo as reformas de base através da ruptura da institucionalidade (2004), e/ou afirmações presentes em outros textos sobre essa opção e sobre o pouco apreço da esquerda pela democracia e a opção pelo assalto ao poder (1989, 1997b, 2017), a compreensão pode ser a de que, durante a comunicação, o autor proclamou argumentos já mencionados anteriormente e/ou reiterados posteriormente. Para além da matéria jornalística, ao apresentar uma falsa semelhança entre golpe de Estado e revolução, ao não destacar a desproporção de forças entre esquerda e direita e, na hipótese improvável do sucesso de uma revolução socialista, ao não conceituar adequadamente a violência como uma resposta inevitável dos revolucionários à resistência por parte das classes dirigentes em ceder seu poder, perder seu *status* e suas riquezas e em aceitar as mudanças introduzidas pela nova ordem, os argumentos de Reis F.º se prestam como elemento de reforço às teses dos senhores e dos saudosistas da ditadura.

Portanto, ao sustentar teses que findam por desqualificar os ideais revolucionários da esquerda brasileira, e por não identificar o caráter de classe do golpe e da ditadura, Daniel Aarão Reis F.º apresenta argumentos próximos com os dos citados pensadores e, assim, se aproxima da perspectiva liberal que embasa os revisionismos europeus. Por outro lado, se afasta das teses de Mandel e Poulantzas, autores marxistas, citados como suas referências. Além disso, a sinonímia empregada também reforça as teses dos que chamaram o golpe de 1964 de contrarrevolução, justificando a tomada do poder como necessária para impedir uma revolução socialista. No entanto, no Brasil, não havia um movimento desse tipo em andamento, e o golpe foi dado contra um movimento que defendia medidas que, se aprovadas na integralidade pelo Congresso, o que seria pouco provável, permitiriam a ampliação da limitada democracia vigente desde 1946, mas não a transformação radical das estruturas do Estado.

É preciso, pois, ter sempre em mente que os termos têm significados e funções sociais específicas. Nesse sentido, definições imprecisas geram consequências. Quando se equiparam as disposições de quebra da institucionalidade pela direita e pela esquerda, apaga-se o caráter de alteração profunda da ordem social, embutido na proposta da última, e de simples substituição de elites no poder, com reestruturação da velha ordem, presente na primeira. Ao fim, apaga o caráter de

classe do processo, e joga sobre a esquerda a corresponsabilidade pelo golpe de Estado. Porém, na argumentação de Reis F.º, essa conta não recai só sobre a esquerda, mas também sobre a sociedade, entendida de forma monolítica pelo autor.

b) A Sociedade monolítica:

Essa imagem monolítica da sociedade está presente no artigo "À maneira de um balanço: epílogo ou prólogo?", publicado em 1997, quando Reis F.º menciona a sua justificativa padrão sobre a necessidade de analisar as "complexas e prolongadas relações entre a sociedade e a ditadura militar" (REIS F.º, 1997a, p. 186). Em outro escrito da mesma coletânea, já citado, afirma que "o grau de desconforto da sociedade com sua ditadura era mais do que relativo" (REIS F.º, 1997b, p. 41-42). Nesse mesmo texto, referindo-se às teses do seu livro de 1989, cita "uma sociedade que não se revoltou contra a *sua* ditadura" (REIS F.º, 1997b, p. 45. Grifo no original). A falta de especificação transmite a ideia de uma sociedade homogênea, mas é em "Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória", um terceiro texto presente na mesma obra e, anteriormente, publicado no jornal *O Globo*, no qual se refere ao livro *O que é isso companheiro?,* de Fernando Gabeira, que aparecem os primeiros indícios da questão da memória e da tese "da sociedade" que busca se reconciliar com seu passado. Para Reis F.º:

> A versão [de Gabeira], sem dúvida, correspondia a anseios difusos no país, e o sucesso alcançado atesta o fenômeno.
> Com o recuo da ditadura militar, no quadro da abertura "lenta, segura e gradual", a sociedade queria recuperar e se reconciliar com a história agitada dos anos 60, mas na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso (...) (REIS F.º, 1997c, p. 102).

Em 2000, quando se dispõe a analisar mais detidamente a memória construída sobre a ditadura, o monolitismo é realçado:

> Sobre o período [a ditadura], de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, ditadura tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro, a *nova* república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática (REIS F.º, 2000, p. 7-8. Grifos do autor).

E complementa, afirmando ter sobressaído a tese segundo a qual "(...) a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso de exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura" (REIS F.º, 2000,

p. 9). Criticando tal tese, Reis F.º afirma que a "sociedade" "nunca se rebelou de forma radical contra a ditadura" (REIS F.º, 2000, p. 11). Em 2004, no texto "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória", relativo à comunicação apresentada quando dos eventos que recordavam os quarenta anos do golpe de 1964, repete argumentos que sugerem o monolitismo e a participação da sociedade brasileira na construção da ditadura:

> A sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura que definiu a tortura como política de Estado. E, apesar de o regime ter sido considerado abominável, não o expulsou a pedradas ou a tiros, antes compadeceu-se de um processo de transição pelo alto, lento, seguro e gradual e de uma anistia recíproca. Mas a ditadura militar, não há como negá-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marcianos. (...) (REIS F.º, 2004, p. 134)

Em "Ditadura, anistia e reconciliação", título da já mencionada aula de 2010, Reis F.º intenta explicar a "adesão", citada no trecho acima, "da sociedade" à ditadura. Da mesma forma como fez com relação à radicalização da esquerda, entre outras questões, é na virada entre as duas primeiras décadas do século que Reis F.º passa a relativizar a adesão da sociedade à ditadura. Nesse sentido, sobre a Lei de Anistia, afirma: "Para mim, esta lei configurou um *pacto de sociedade*. O que não significa que houve unanimidade. Nunca há unanimidade, por mais que um consenso, reunindo amplos segmentos sociais, se forme em determinados momentos em distintas sociedades" (REIS F.º, 2010, p. 172. Grifos no original). Em 2004, porém, no que se refere à aprovação da lei de anistia, prevalecia a generalização quando o autor menciona que

> Prevaleceu na sociedade a segunda formulação [uma anistia que reconciliasse a família brasileira], concretizada na *anistia recíproca* (beneficiando torturados e torturadores), afinal efetivada em fins de agosto de 1979. A pequena margem com a qual o Congresso a aprovou, e ainda assim excluindo do seu alcance um conjunto de acusados, diz bem do conservadorismo daquela sociedade que emergia de uma longa noite ditatorial. (REIS F.º, 2004, p. 132. Grifos no original)

Logo, de novo, há uma mudança: em 2004, prevaleceu "na sociedade conservadora" a tese de uma anistia que reconciliasse "a família brasileira"; em 2010, o "pacto de sociedade" que levou à aprovação da lei, já não representava "uma

unanimidade", já não era "a sociedade" que se envolveu na construção da ditadura, mas "amplos segmentos sociais" que participaram do que avalia como "consenso" sobre o regime, conceito que, em nota, procura explicar:

> O conceito de consenso, na acepção com que o emprego, designa a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo. A repressão e, em particular, a ação da polícia política podem induzir ao consenso, ou fortalecê-lo, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação (REIS F.º, 2010, nota 1, p. 182).

Essa mesma passagem é reproduzida em "A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso", capítulo de uma obra coletiva publicada no ano seguinte (REIS F.º, 2011, p.387, nota 20), com ligeira mudança na ordem de alguns termos, mas sem qualquer alteração de sentido. Fazendo referência a esse segundo texto, a apresentação do conceito reaparece em "Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente", texto de 2021. Interessante perceber, no entanto, é que, na transcrição é suprimida justamente a expressão "pela sociedade", o que elimina o argumento antes criticado. Além dessa exclusão, como o autor mesmo expõe, trata-se de um conceito com referência a matizes diversas e mutáveis. Tamanha diversidade e mutabilidade comprometem seu uso.

Cabe, ainda, acrescentar que as referências teóricas a Pierre Laborie quanto aos "ziguezagues" de segmentos sociais no apoio ou oposição ao regime, que dão suporte à tese da ditadura como uma construção social, também só aparecem na virada entre décadas. Reposicionando sua premissa sobre essa questão, explicou:

> O que não quer dizer que é a sociedade brasileira inteira que está envolvida. (...). Há sempre segmentos diferenciados, dentro disso há disputa, evidentemente. Mas segmentos importantes da sociedade desde o início estiveram com a ditadura e aí houve ziguezagues. Houve muita gente que foi favorável à instauração da ditadura e depois pulou fora, e depois voltou, e depois pulou fora. Houve gente que foi contra, mas depois se aproximou... (...) Laborie, inclusive, é um autor importante, porque sustenta que na França, na verdade, os partidários decididos do governo de Vichy e os inimigos decididos do governo de Vichy conformam minorias. No meio, entre eles, está uma massa de gente, muito importante, que ou é indiferente ou transita de

> posições favoráveis pra posições contrárias, ou é, ao mesmo tempo uma coisa e outra. É a noção de ambivalência, não de ambiguidade. É o cara que é ao mesmo tempo a favor e contra, que aqui no Brasil é partidário da ditadura e, num momento de emergência, hospeda na sua casa um revolucionário. (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 248-251)

A priori, não há qualquer problema nessas mudanças e referências adicionadas. Como Daniel Aarão Reis F.º mesmo afirma: "vou sempre efetuando ajustes e redefinições, retoques, suscitados por sucessivos debates e pela reflexão sempre cambiante sob o influxo das circunstâncias e das polêmicas do tempo em que se vive" (REIS F.º, 2010, p. 172). Tais alterações são, pois, naturais. A questão que destaco é que entendo ser possível inquirir se as modificações na produção do discurso refletem uma revisão a partir das críticas que recebeu ao longo da primeira década do século, por apresentar uma visão homogênea da sociedade. Embora não reconheça e não faça menções referenciadas, é o que se pode inferir do texto de 2021, o mesmo em que foi suprimida a expressão "pela sociedade" do conceito de consenso, em momento que procura especificar o apoio civil, usando como suporte a obra de René Dreifuss, que é justamente o parâmetro em que, em maior parte, se baseiam as críticas a Reis F.º. No entanto, nesse trecho, não há uma explicação quanto à forma bastante diversa como o cientista político uruguaio entende o termo "civil-militar", em comparação com a empregada por Reis F.º. No fragmento, já não há referência à "sociedade", mas a "lideranças políticas". Segue a citação, onde consta a referência a obra do cientista político uruguaio.

> O caráter civil-militar do golpe de 1964 alcançou, a muito custo, um certo consenso, dadas as evidências difíceis de refutá-lo. Na articulação do golpe, no desvelamento das conspirações, a presença de lideranças políticas, eclesiásticas, empresariais, ao lado de militares da ativa e da reserva tornou-se óbvia e foi claramente demonstrada desde o início dos anos 1980 (REIS F.º, 2021, p. 445).

Na sequência, o texto mantém a relativização quanto ao uso do termo "a sociedade", citando "o reconhecimento da participação de segmentos da sociedade no apoio e na validação do golpe" (REIS F.º, 2021, p. 445), mas, de forma geral, seu uso é limitado ao longo do texto. No entanto, apesar da reconsideração do apoio "da sociedade" e melhor definição de certos conceitos, a partir de 2010, ainda na citada aula desse mesmo ano, em outra passagem o caráter homogêneo se faz presente para

afirmar a colaboração "da sociedade" com a ditadura. Em uma referência ao uso da caracterização "ditadura militar" para definir o período, Reis afirma:

> Ditadura militar. Este termo fora cunhado em 1964, encorpara-se, estabelecera-se como senso comum, servindo como uma luva a uma sociedade que desejava auto-absolver-se de quaisquer cumplicidades com um regime considerado, agora, em fins dos anos 1970, como abominável. Crise de identidade, memória curta? Mais uma vez, não. (REIS F.º, 2010, p. 173-174)

No ano seguinte, em entrevista (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 243), relativiza novamente ao afirmar que "segmentos importantíssimos" da sociedade construíram a ditadura. Em texto publicado em 2014, Reis F.º, torna a reposicionar seu argumento:

> Não se trata de dizer que "a" sociedade "apoiou" a ditadura. Sempre houve oposições, e de todo o tipo: reformistas e revolucionárias, armadas e desarmadas, moderadas e radicais, liberais, socialistas e comunistas, democráticas e antidemocráticas (boa parte das esquerdas era informada por um "autoritarismo de esquerda"), civis, eclesiásticas e militares (basta recordar as centenas de cassações de oficiais das forças armadas logo depois do golpe de 1964). (REIS F.º, 2014a, p. 9. Grifos no original)

Poderia ser argumentado que essa percepção quanto ao monolitismo da sociedade se deve a uma má compreensão das teses de Reis F.º por parte dos críticos, dado que, após as muitas críticas, embora sem referência a elas, o próprio autor passou a rever e limitar seu uso e a reconhecer a primazia da obra de Dreifuss no que concerne à participação civil no golpe e na ditadura (REIS F.º, 2014a, p. 9-10).[24] Mas essa suposição cai por terra quando o próprio autor admite que usou o termo "sociedade" de modo generalista, justificando tal opção na intenção da "polêmica" e de "chamar a atenção", como é literal no trecho abaixo:

> Às vezes eu até emprego o termo "sociedade brasileira" na polêmica, mas isso tem que ser bem qualificado. A sociedade brasileira é uma sociedade plural. (...). É claro que quando comecei essa polêmica, talvez não tenha ficado muito esclarecido, porque na polêmica você entra muito chamando a atenção para eu sou contra ou a favor. (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 248-251)

[24] Além do reconhecimento tardio da antecedência de Dreifuss (1981) quanto à percepção do caráter "civil-militar" do golpe e da ditadura, Reis F.º também admite a diferença de perspectiva entre os autores. A discrepância entre as visões revela como é temerária a afirmação de que "a sociedade brasileira" participou da construção de um regime que tinha por práxis a tortura. Como demonstra o cientista político uruguaio, setores da sociedade brasileira participaram, sim, do golpe e da ditadura. Essa qualificação está difusa nas reflexões de Daniel Aarão Reis F.º.

Dado que o autor, com já mencionado, faz uso de uma retórica laudatória sobre a excelência científica da sua própria prática historiográfica, fica a questão: se sabe que é impreciso, que é necessário qualificar, por que usou? Recorrer a uma afirmação sabidamente inconsistente visando a polêmica e chamar a atenção pode ser considerada como boa técnica científica? Tal expediente em nada acrescenta ao conhecimento histórico sobre o tema.

Uma sociedade é um corpo extremamente heterogênea em que circulam um corpo variado de visões de mundo e que, como tal, não pode ser acusada de apoiar ou se opor a nada de forma homogênea e absoluta. Ao apresentá-la dessa forma, Reis F.º reproduz a teoria política liberal que enfatiza o indivíduo e sua autonomia diante das instituições e estruturas sociais e, por consequência, trata a sociedade como distinta do Estado, não dando o devido relevo ao fato do próprio Estado, das instituições, dos regimes políticos, das ditaduras serem compostos e dirigidos por membros da sociedade. Por conseguinte, não precisa os vínculos sócio-históricos que unem civis e militares, se distanciando da dinâmica da luta de classes (MELO, 2006, p. 127). Ou seja, com relação às referências citadas como suporte da mudança de sua visão de mundo, Reis F.º parece se distanciar das perspectivas de Poulantzas sobre Estado e luta de classes e se aproximar mais da tese de Castoriadis, que entende que a coesão dos membros de uma sociedade é derivada do fato de fazerem parte de um mesmo sistema de interpretação do mundo, ou seja, de um mesmo imaginário. (SILVA; SILVA, 2009, p, 384)

Ao fim e ao cabo, a tese nitidamente liberal de que "a sociedade" colaborou na construção e consentiu com a ditadura serve apenas para, assim como foi feito com relação à responsabilidade da esquerda, culpá-la pelo golpe e pelo regime. Novamente, uma justificativa usada pelos golpistas, no caso, a do chamamento social para a ação.

c) A concepção institucional da democracia

Outro elemento que revela o caráter liberal das argumentações de Reis F.º é a presença de uma concepção institucional da democracia.[25]

[25] Não é intenção fazer uma discussão ampla sobre o conceito de democracia, objetivo que excederia o espaço de um tópico do artigo. Contudo, sem desconsiderar a existência de diferentes abordagens e concepções sobre o conceito, a intenção é a de identificar e refletir sobre a que emerge das argumentações de Reis F.º, tomando por base os elementos citados pelo autor para concluir pela falta

Como já destacado anteriormente, é recorrente a premissa de que a esquerda não tinha apego à democracia. Tal argumento reside na mencionada tese de que não foram apenas vítimas de uma ditadura feroz e de não houve resistência democrática por parte delas, mas, sim, que as organizações de esquerda, portadoras de fortes tradições, dentre elas, a de um "autoritarismo revolucionário", partiram ao assalto ao poder (REIS F.º, 1997b, p. 41-42). Segundo Reis F.º, em 1979, em meio aos debates sobre Anistia, "a sociedade brasileira" pôde exercitar a memória sobre o regime e, assim, promoveu "(re)construções históricas", "deslocamentos de sentido que se fixaram na memória nacional". O primeiro deles, a apresentação das esquerdas revolucionárias com parte integrante da resistência democrática, espécie de braço armado desse grupo, apagando-se, assim, "a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos" (REIS F.º, 2000, p. 70). Para o autor, só em plena exceção, durante o período de exílio, é que "as esquerdas" abandonaram a perspectiva do enfrentamento armado e descobriram os valores democráticos (REIS F.º, 2000, p. 66, 72-73).

Reis F.º contesta outro deslocamento, que chama de metamorfose durante o período de liberalização, que fez com que já não houvesse partidários da ditadura e apenas, todos, convictos democratas. Reis F.º tende a pôr tal reconstrução de memória na cota da dificuldade da sociedade brasileira em compreender como participou da construção "e não logo escorraçado ditadura tão repudiada". Como solução para essa espécie de crise existencial, essa mesma sociedade teria desenvolvido a tese de que "todos haviam resistido", e conclui: "*Resistência*, a palavra fora encontrada. (...)" (REIS F.º, 2004, p. 131. Grifos no original).[26]

Esses seus argumentos também foram questionados, e, novamente, a partir da segunda década do século, aparecem relativizações. Na entrevista que concedeu em 2011, há uma ponderação quanto à não existência de uma resistência democrática. Afirma que ela ocorreu que havia, sim, a "perspectiva de derrotar a ditadura para

de apego à democracia, por parte da esquerda, e para afirmar que, a partir de 1979, não vivíamos mais em uma ditadura.

[26] É questionável a afirmação de que o termo "resistência" foi encontrado só naquele momento. O autor não apresenta referências que sustentem tal afirmação. Além disso, como explica Marcelo Ridenti, é um equívoco dizer que certas organizações armadas não reivindicavam com todas as letras, já na época da ditadura, o qualificativo de "resistência". O termo era postulado por vários grupos, entre eles, o MR-8, do qual Reis F.º fez parte, e que editou um jornal com o título de *Resistência*. Cf. RIDENTI, 2004, p. 141 e nota 7.

restabelecer a democracia existiu", mas, reafirmando seu argumento-base, pondera "que as esquerdas revolucionárias não tinham essa perspectiva, tinham a perspectiva de destruir a ditadura pela luta armada e de destruir o capitalismo também" (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 246). Porém, em "Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil", texto que é a apresentação de uma coletânea publicada em 2014, há um primeiro reposicionamento quanto ao caráter antidemocrático da esquerda, quando afirmar que "boa parte das esquerdas era informada por um 'autoritarismo de esquerda'" (REIS F.º, 2014a, p. 9). Nova revisão é feita no texto de 2021, quando, generalizando tal caráter, afirma a existência de "tradições autoritárias presentes de forma transversal (das elites às camadas populares) na sociedade brasileira" (REIS F.º, 2021, p. 445).[27]

Apesar das relativizações, ao fim, é uma concepção institucional da democracia o que sustenta as teses falta de paixão da esquerda pela democracia, assim como as supostas tradições autoritárias existentes na sociedade. Tal visão sobressai em dois momentos. O primeiro, ao referir-se ao contexto do governo do general-ditador Ernesto Geisel, com sua proposta de transição política, e ao crescimento eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Reis F.º afirma que as "esquerdas, no seu conjunto, superavam diferentes propostas de confronto e passavam a acolher, e a elaborar, perspectivas democráticas e de participação nas lutas institucionais" (REIS F.º, 2004, p. 130). O segundo, alude à tese de que o regime ditatorial teria terminado em 1979, quando do fim do AI-5 e edição da Lei da Anistia. A partir de então, o Estado de exceção teria deixado de existir e o Estado de direito teria sido restabelecido, no caso, com um caráter precário (REIS F.º, 2000, p. 69). Na nova versão desse texto, denominou de "Estado de direito autoritário" (REIS F.º, 2014b, p. 125), mas, independentemente dessa mudança, há uma permanência: para o autor, doravante, já não existia ditadura.

> No Brasil, ocorreu uma particularidade: o restabelecimento do estado de direito não coincidiu com a instauração de uma Constituição democrática. O país deixou de ser regido por uma ditadura – predomínio de um estado de exceção, quando prevalece a vontade, arbitrária, dos governantes, que podem fazer e desfazer leis sem adotar de imediato, através de uma Assembleia eleita, uma Constituição democrática. Em outras palavras: no período de

[27] Em outros momentos, cita "tendências autoritárias" e "concepções autoritárias" (REIS F.º, 2021, p. 444. 445, 446, 458 e 459).

> transição *já* não havia ditadura, mas *ainda* não existia uma democracia.
> Atestam-no numerosas evidências: ausência de leis de exceção; liberdade de imprensa; funcionamento regular dos tribunais; restabelecimento pleno dos institutos do habeas corpus, da vitaliciedade e da inamovibilidade; pluralismo partidário e sindical; eleições regulares disputadas por diferentes partidos, com o reconhecimento dos eleitos, independentemente da respectiva filiação partidária; poderosos movimentos sociais – greves gerais e manifestações políticas – desenvolvendo-se livremente; inexistência de presos e de exilados políticos (REIS F.º, 2014, 125-126. Grifos no original).

Na versão da argumentação presente no texto de 2021, Reis F.º recorre a uma pergunta retórica. Como tal, seu objetivo não era o de obter uma resposta, mas afirmar sua tese e persuadir o interlocutor de sua validade.

> A partir de 1979, porém, a transição ingressou em uma nova etapa: *já* não havia ditadura, pois o Estado de exceção, referência essencial de urna ditadura, deixara de existir. Mas em seu lugar, uma nova Constituição *ainda* não fora editada ou aprovada, dando corpo a um Estado de direito democrático. Passara a vigorar uma *colcha de retalhos* jurídica, combinando, às vezes, de forma incongruente, fragmentos da Constituição de 1967, emendas constitucionais, atos institucionais e complementares etc. As oposições a apelidavam de *entulho autoritário*, mas o fato é que esse ordenamento já não podia ser – e não o foi – alterado por medidas de força, de exceção. (...)
> Onde a [sic] ditadura, se os tribunais tinham autonomia, e a imprensa, liberdade, assim como os partidos e os sindicatos? Uma ditadura certamente original, pois não havia presos e exilados políticos. O *entulho autoritário* tolhia os passos daquela sociedade e não equivalia a um Estado de direito democrático, mas também não equivalia ao Estado de exceção. Por outro lado, se o governo federal era chefiado por um general e eleito nos marcos da ditadura, ele já não tinha poderes excepcionais, e a própria preeminência incontestável das corporações militares, característica essencial da ditadura, diluíra-se, pois elas tinham que se submeter ao Estado de direito realmente existente. O entulho autoritário era uma colcha de retalhos bizarra, mas – repito – não podia e não foi mais alterada pela força (REIS F.º, 2021, p. 456-457).

A impressão que emerge quando Reis F.º apresenta características do regime que dão suporte à tese de que já não havia uma ditadura, em 1979, e quando atesta a existência de um antidemocratismo por parte da esquerda, é que a fundamentação de sua argumentação reside no destaque de atributos que tendem a suavizar a dureza do período, o que, queira o autor ou não, é um discurso que vai ao encontro da tese defendida pelos saudosistas da ditadura.

De forma geral, os aspectos levantados por Reis F.º giram ao redor de um termo: a liberdade. Os indivíduos, os tribunais, a imprensa, os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, os funcionários públicos, as manifestações políticas, as filiações partidárias, as escolhas de candidatos nas eleições, todos teriam por caráter serem livres a partir de 1979. Os únicos elementos cujas liberdades estariam limitadas seriam o general-ditador, no exercício do poder executivo, dado que já não gozaria de poderes excepcionais, e a corporação militar, pois deveria se submeter ao Estado de direito. Tais ênfases remetem a outra observação: mesmo que afirme que o Brasil ainda não havia se tornado um regime democrático, o autor salienta valores historicamente enaltecidos por aqueles que defendem a democracia liberal.

Esses apologistas sustentam a ideia de que as condições necessárias para que um regime possa ser declarado democrático são a limitação do poder de um governo, através de uma regulamentação, e a preservação de algumas liberdades individuais tidas por essenciais, como a liberdade de expressão, de associação, necessárias para o exercício autônomo da escolha política. Isto pressupõe a existência de um sistema pluripartidário, no qual há agremiações de oposição, que representam fontes de poder alternativo ao governo e, ao mesmo tempo, o limitam, por se constituírem como opções ao eleitorado (HOLDEN, 1996, p. 181). Em última instância, portanto, a concepção liberal da democracia está calcada na observância de certas estruturas e processos políticos ligados às escolhas eleitorais. Como tal, o destaque é posto sobre o mero fato da participação, "redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito". Trata-se, pois, da defesa da democracia representativa, "onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos" (BOBBIO, 1998, p. 323-324).

Portanto, ao apoiar-se em características similares às sustentadas pelos defensores da democracia liberal para afirmar que já não havia ditadura a partir da decretação da Lei de Anistia, Reis F.º, baseia-se em uma visão de democracia não como "poder do povo", mas como instituições e, conforme ele denomina, um Estado de Direito, como referência às legislações da época, ainda que autoritário, em função de todas as suas limitações. Reforça esse entendimento a percepção de que,

considerando que um historiador quando investiga o passado está refletindo sobre o seu tempo e seus problemas, tal argumento dialoga com o contexto em que foi produzido, da virada dos anos 1980 para os 1990 e anos seguintes, marcado pela derrubada dos sistemas comunistas na Europa Oriental, e no qual a democracia liberal emergiu como a única forma reconhecível de democracia. Em termos historiográficos, corresponde ao período em que Francis Fukuyama disseminou a teoria do "fim da história", segundo a qual o capitalismo e a democracia liberal constituem o ápice da evolução histórica e social da humanidade, e em que encontrava-se no auge o revisionismo de François Furet sobre a Revolução Francesa, igualmente associado à perspectiva liberal, e no qual se destaca, como já mencionado, a tese de que as revoluções não são necessárias e sempre resultam no terror. Nesse sentido, dadas as proximidades da argumentação com relação a essa visão, é possível supor que as teses de Reis F.º dialogam e são um reflexo da hegemonia liberal nos campos políticos, econômicos e historiográficos. Tais opções revelam, ainda, fragilidades tanto com relação à perspectiva teórica quanto à análise da conjuntura da segunda metade dos anos 1970.

Em primeiro lugar, democracia não pode se reduzir à institucionalidade e à representatividade. Democracia é muito mais do que cumprir o limitado ritual de votar e escolher representantes. Esse processo, em si, não garante para o Estado a alcunha de democrático, e apresenta uma limitação fundante: a democracia das sociedades liberais modernas e contemporâneas foi, desde seu início, apenas formal, um espaço burocrático, marcado por determinadas regras de comportamento, situado fora do corpo de cidadãos, e onde não se consideram seus fins. Como consequência dessa realidade, os regimes liberal-democráticos findam por serem criticados justamente por promoverem a exclusão social e serem um mecanismo a serviço dos poderosos. Isso porque, apegados a um formalismo, podem favorecer a minoria que hegemoniza o poder político e econômico e, portanto, não ser um regime para o povo, embora eleito por ele (BOBBIO, 1998, p. 328).

Em síntese, a democracia liberal burguesa é uma forma de dominação de classe, mas Reis F.º não trabalha com essa perspectiva. Ao saudar a afirmação da luta democrática em meados dos anos 1970, e ao rejeitar a definição do regime como uma ditadura, por já não termos oficialmente a limitação de determinadas liberdades e por, supostamente, o poder executivo ter suas funções limitadas por um regramento

jurídico, Reis F.º está se afastando da teoria marxista e, assim, optando por não dialogar com a perspectiva classista, seguida, entre outros, por Nicos Poulantzas. Ou seja, por entender a democracia como burguesa. Em ato contínuo, ao valorizar o pluralismo partidário, a regularidade das eleições e o reconhecimento dos eleitos, se aproxima da teoria de Joseph Schumpeter (Cf. BOBBIO, 1998, p. 326), segundo a qual democracia é reduzida a um conjunto de regras para escolha daqueles que serão responsáveis pelas decisões políticas.[28] Reis F.º desconsidera, pois, as condições históricas da democracia como regime de dominação. Particularmente, despreza as insuficiências da institucionalidade vigente no Brasil e as conexões com determinações mais abrangentes do que a conjuntura dos anos 1970. Em suma, o perfil limitado de um regime democrático em um contexto de um país de capitalismo dependente (Cf. FERNANDES, 2006).

Considerações finais

O produtor e sua obra estão inexoravelmente ligados ao seu tempo, ao seu contexto histórico-social. Eric Hobsbawn nos lembra que, no caso da História, "(...) a maioria dos historiadores, inclusive todos os competentes, sabe que ao investigar o passado, até mesmo o passado remoto, estão igualmente pensando e expressando opiniões a respeito do presente e seus problemas, e falando a respeito delas (...)" (2002, p. 311). Por essa razão, ao nos debruçarmos sobre a produção historiográfica sobre determinado tema, é preciso estarmos atentos aos laços político-ideológicos, às relações de classe que une os historiadores, suas análises e suas trajetórias.

Com essa advertência como norte, e tomando por base a percepção de Gramsci de que os intelectuais atuam como intelectuais orgânicos, a ideia do artigo era analisar argumentos fundamentais presentes na produção de Daniel Aarão Reis F.º sobre o golpe e a ditadura, de modo a identificar seu caráter e se eles contribuem ou não para a hegemonia de determinada classe. Como autor, contexto histórico-social, trajetória e obra são inseparáveis, ao nos debruçarmos brevemente sobre a suas trajetórias pessoais, políticas e acadêmicas, foi possível identificar pontos em comum: um desencantamento com a perspectiva revolucionária, um progressivo afastamento da teoria marxista, em paralelo à aproximação com a de feição liberal. A hipótese

[28] Segundo Schumpeter, onde vários grupos concorrem pelo poder através da luta pelo voto popular, há democracia.

sustentada é a de que essas transformações dialogam diretamente com as transformações no campo da historiografia e o crescimento da Nova História Cultural e da Nova História Política, nos anos 1970 e 1980, período em que ocorre sua formação profissional, bem como com o próprio momento em que sua produção foi escrita e difundida, a partir dos anos 1990, momento de demolição do bloco socialista a ascensão da hegemonia liberal, tanto no que se refere à ordem política mundial, quanto na produção historiográfica internacional e nacional.

Desse modo, embora Daniel Aarão Reis F.º se defina como um sujeito político e intelectual de esquerda (REIS F.º, 2011, p. 243 e 253) e apresente suas teses como academicistas e apolíticas, logo neutras (JOFFILY; SCHLATTER, 2011, p. 247; REIS F.º, 2010, p. 182; REIS F.º, 2021, p. 444), entendemos que seu processo de construção de reflexões sobre o golpe e a ditadura revela um diálogo com uma historiografia internacional que tem nítido caráter liberal. Em função dessa convergência, sua produção ecoa uma interpretação de igual teor sobre aquele processo histórico. Concordando com Gramsci, que considera que a tese da neutralidade do discurso intelectual apenas mascara interesses políticos específicos de grupos tipicamente dominantes como sendo universais, entendemos ser possível afirmar que Daniel Aarão Reis F.º atuou como um "intelectual orgânico" liberal, pois, intencionalmente ou não, elaborou e difundiu argumentos e interpretações sobre o golpe e a ditadura que, em última instância, iam ao encontro das ambições das classes dirigentes, justamente aquelas a quem o regime serviu.[29]

As teses sustentadas pelo autor, criticados desde que vieram a luz, a bem da verdade, sofreram modificações relativizadoras na virada da primeira para a segunda década do novo século. Esses ajustes poderiam ser vistos como resultado do processo natural de avanço da pesquisa, contudo, como o Reis F.º reconhece que usou de generalizações com o objetivo de polemizar, e, como, ao fim, as reconsiderações não alteram os fundamentos da argumentação, enquadram-se apenas como tentativas não assumidas de respostas aos críticos, mas que não solucionam as vulnerabilidades das teses originais. Ademais, alegações que findam por corresponsabilizar a esquerda e a sociedade se prestam a uma mistificação da história e ao uso interessado por

[29] As convergências entre as teses revisionistas e os interesses das classes dominantes brasileiras também remetem ao interesse dessa fração social em reconstruir uma memória liberal sobre o golpe e o regime do qual foram os principais beneficiários. Dados os limites do artigo, esta hipótese fica como base e sugestão para estudos futuros.

aqueles que, no intuito de defender e valorizar o golpe a ditadura, sustentam que a ruptura institucional provocada pela direita foi resultado da radicalização da esquerda e do chamado da sociedade, que, além disso, teria dado suporte ao regime.

Nesse quadro, de modo geral, vale a advertência de que, ainda que os intelectuais não sejam o instrumento por excelência de disseminação de falsificações históricas, seus argumentos são usados como base por grupos que propagam mentiras, apresentando-as como conhecimento cientificamente comprovado. Reproduzidas pelos liberais, exercem um papel estratégico dentro de um projeto de dominação. Por essa razão, é preciso questionarmos também até que ponto mistificações, equívocos analíticos ou uma postura muitas vezes omissa frente ao uso de suas teses pelas forças conservadoras não colaboram com a desinformação.

Cabe, portanto, analisarmos o papel intencional ou não dos intelectuais no processo de construção do consentimento dos governados para com a hegemonia liberal. Para isso, apresenta-se como fundamental procurarmos trazer a lume os laços político-ideológicos que fazem com que o intelectual, mesmo se apresentando como defensor da neutralidade científica, abrace, não se oponha ou forneça elementos que dão suporte a ideias que atingem a essência da democracia. É preciso, pois, estarmos atentos a um contexto amplo. Se faz necessário identificar e analisar as disputas políticas atuais, o pé em que estão os conflitos de classe, mas é preciso ter em mente que os intelectuais também têm interesses políticos e ideológicos. Essas relações não podem ser perdidas de vista. Por essa razão, torna-se essencial que os intelectuais orgânicos das classes subalternas se organizem para a luta contra-hegemônica, com o objetivo de fomentar a construção de um pensamento cientificamente embasado, alternativo e crítico. Esse esforço é parte fundamental para compreendermos como o mundo chegou ao ponto atual e como é possível a edificação de uma sociedade mais justa e humana.

Referências bibliográficas

ALVES, Tiago João José. Entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis Filho. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 19, n.2, p. 871-894, mai.-ago./2015.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Trad. Denise Bottmann. SP: Cia das Letras, 2011.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de política**, vol. I, 1.ª ed. Trad. Carmen C, Varriale Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 319-329.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Itinerário de un concepto. s/l: Montressor, 2002.

BURAWOY, Michael. "Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu". In: BURAWOY, Michael. **O Marxismo encontra Bourdieu**. Trad. Fernando Rogério Jardim. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010, p. 49-79.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Trad.: Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Ed. UnB, 1982. FURET, Furet. Pensando a Revolução Francesa. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.). Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. P. 61-89.

FANTINATO, Manuela; EVIN, Blanche. Entrevista Daniel Aarão Reis. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, Jan.-Abr./2015, p. 318-327.

FERNANDES, Florestan. O modelo autocrático-burguês de dominação capitalista. In: _____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5.ª Ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 337-424.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Trad. Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. Méthodologie pour la connaissance du monde: comment se débarrasser du marxisme. **Dits et Écrits III** (1976-1979). Paris: Gallimard, 1994, p.595-618.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. II. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2.ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes**. Uma vida no século XX. Trad. S. Duarte. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOLDEN, Barry. Democracia. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 179-182.

JOFFILY, Mariana; SCHLATTER, Sergio Luis. Entrevista com o professor doutor Daniel Aarão Reis Filho. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 3, núm. 1, jan./jun., 2011, p. 239-255.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Denise M.ª de Oliveira. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. **Cógito**, Salvador, n.11, Outubro/2010, p. 14 -19.

MACHADO, Bárbara Araújo. A função de Intelectual: um diálogo entre Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. **Revista de Teoria da História**, Ano 7, Número 13, Abril/2015, p. 212-224.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A Miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-98.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica, **Revista Brasileira de História**, vol. 28, nº 55, 2008, p. 245-263.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.), **1964**: 50 anos depois - a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015, p. 35-83.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente, **Espaço Plural**, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A Miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo, Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas, **Marx e o Marxismo**, v.1, n.1, jul./dez 2013, p. 49-74.

MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Outubro**, n.º 14, 2.º sem./2006, p. 111-130.

MINOGUE, Kenneth R. Liberalismo. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 420-424.

MOTTA, Ayana André; OTÁVIO, Chico; LAMEGO, Cláudia. Resistência democrática, dogma que desaba. **O Globo**, 29 de março de 2004, p. 8.

REIS F.º, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar. 2012.

REIS F.º, Daniel Aarão. À maneira de um balanço: epílogo ou prólogo?. In: REIS F.º, Daniel Aarão et alii. **Versões e Ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997a, p. 181-186.

REIS F.º, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.s). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Trad.: Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 363-392.

REIS F.º, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS F.º, Daniel Aarão. Passado, presente e futuro da ditadura no Brasil. In: CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da (Org.). **À sombra das ditaduras** (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Mauad, 2014a, v. 1, p. 7-13.

REIS F.º, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Anais do Seminário 40 anos do golpe. **1964-2004**: 40 anos do golpe - Ditadura Militar e Resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 119-139.

REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (Org.). **Por uma revisão crítica**. Ditadura e Sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021, v. 1, p. 444-464.

REIS F.º, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS F.º, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, 2010, p. 171-186.

REIS F.º, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 319-377.

REIS F.º, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS F.º, Daniel Aarão et alii. **Versões e Ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997b, p. 31-45.

REIS F.º, Daniel Aarão. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: REIS F.º, Daniel Aarão et alii. **Versões e Ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997c, p. 101-106.

REIS F.º, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. RJ: Marco Zero, 1985.

RIDENTI. Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: Anais do Seminário 40 anos do golpe. **1964-2004**: 40 anos do golpe - Ditadura Militar e Resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 140-150.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. "Uma história vigiada". In: _____ (org.). **Por uma revisão crítica**. Ditadura e Sociedade no Brasil. 1.ª ed. Salvador: Sagga, 2021, p. 7-49.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. Apresentação: Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (org.s). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Trad.: Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-32.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, jun. 2009, p. 84-87.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Yvonne Jean. 4.ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004, p. 27-48.

Recebido em Outubro de 2024
Aprovado em Dezembro de 2024